

desenvolvimento e da segurança, cabendo à Comissão e ao Conselho coordenar as suas actividades de forma a que a acção externa da União seja mais coerente e eficaz.

73. Apesar da inclusão das operações de paz (as chamadas «missões de Petersberg») no Tratado da União Europeia, a ausência de decisão relativamente à União da Europa Ocidental (UEO) indica que nem a política de defesa comum nem a estrutura correspondente serão realidade num futuro próximo. O apego à neutralidade ou a hesitação, por parte de alguns países membros, em assumir os encargos financeiros inerentes impede avanços significativos neste domínio.

74. Ainda que o Tratado de Amsterdão tenha introduzido algumas modificações, a política externa comum continua limitada, tanto em termos de abrangência como de eficácia. No médio prazo, a PESC não se transformará num «motor» de integração ou de criação de uma identidade política. O facto de não constituir uma potência militar, no entanto, não obriga a União Europeia a prescindir de um papel significativo na cena internacional. A densa teia de relações que estabelece, formal e informalmente, no plano económico e político, cultural, social, laboral, com parceiros externos tem inegável impacto num sistema internacional marcadamente transnacional. Se o carácter de potência civil priva em larga medida a União Europeia do instrumento político-militar na prossecução da sua política externa, o carácter único do seu projecto político e social confere-lhe forte influência política na cena internacional.

A União Europeia e o Mercosul: uma ligação estratégica?

75. A União Europeia tem uma agenda definida em relação ao Mercosul: a criação de uma associação inter-regional que tenha por base uma cooperação política sólida, tanto em temas estritamente inter-regionais como internacionais. O acordo-quadro abrange temas como o comércio livre, a cooperação económica, particularmente para a promoção de investimentos, a cooperação técnica, a integração regional, e o reforço dos contactos entre as sociedades civis, especialmente ao nível das comunidades empresariais.

76. A Comissão Europeia solicitou ao Conselho um mandato para redigir a proposta de associação inter-regional. Espera-se que as negociações prossigam até à Cimeira União Europeia-América Latina-Caraíbas, e é possível que seja emitida uma declaração conjunta nessa ocasião dando conta do ponto do acordo de associação entre a União Europeia e o Mercosul.

77. O dinamismo das relações União Europeia-Mercosul depende em grande medida da evolução interna da União Europeia e da hierarquia de prioridades que adoptar para as relações externas – e do lugar do Mercosul nessa hierarquia. Nem o alargamento nem as

iniciativas euro-mediterrânicas significam forçosamente menor prioridade à América Latina. Independentemente da maior ou menor prioridade que a América Latina constituiu para cada um dos países membros e de não haver um consenso definido sobre os parceiros comerciais a privilegiar dentro da região, o Mercosul surge como um parceiro estratégico da Europa tanto no plano político como económico.

78. Também a reforma da política agrícola comum condiciona a evolução das relações entre a União Europeia e o Mercosul. Esta questão é particularmente sensível, tanto mais que a PAC é uma das políticas fundadoras do projecto europeu. No entanto, o actual figurino da PAC não cumpre cabalmente as regras da OMC. A reforma da política agrícola comum, que faz parte da Agenda 2000, é pois inevitável, não apenas em virtude das exigências do alargamento aos países da Europa central e do leste, mas também à luz do desenvolvimento das relações com os parceiros do Mediterrâneo e da Rodada do Milénio do GATT.

79. As relações com a União Europeia serão igualmente condicionadas pela evolução do euro e pela capacidade de intervenção financeira da UEM em relação ao Mercosul. Actualmente, a estabilidade macroeconómica do Cone Sul é largamente baseada no dólar como âncora nominal. No entanto, o euro proporciona novas oportunidades à relação entre as duas regiões. Por um lado, constitui para o Mercosul uma fonte de experiência no capítulo da harmonização e regulação do seu sistema financeiro, por enquanto pouco integrado; por outro, a existência de um novo mercado financeiro é uma vantagem. Dada a distribuição do seu comércio externo e a forte dependência face ao dólar, o Mercosul tem interesse na diversificação das reservas. O euro constitui também uma oportunidade para diversificar investimentos e facilitar empréstimos aos países e empresas do Mercosul, além de reduzir o custo das transacções comerciais com a União Europeia. A «zona euro» torna-se mais atraente para os países latino-americanos se estes virem da parte da União Europeia capacidade de os apoiar financeiramente em momentos de crise, a exemplo do que fazem os Estados Unidos em relação aos seus principais parceiros comerciais.

80. Os maiores benefícios mútuos que podem colher-se da relação inter-regional advêm da sua dimensão estratégica. O Mercosul representa, para a União Europeia, a melhor oportunidade de reforçar laços com um «projecto irmão». Daí o seu interesse em que o Mercosul se não dilua na ALCA e que, pelo contrário, aprofunde a via da integração. Alguns dirigentes políticos europeus, conscientes da força dos laços históricos e culturais, preconizam uma abordagem estratégica das relações União Europeia-Mercosul. O sucesso do euro e uma política externa europeia mais activa são igualmente no interesse do Mercosul. Quanto maior for o peso da União Europeia na cena internacional, mais política será a relação com o Mercosul e mais contribuirá para o reforço do multilateralismo.

81. A União Europeia é um contrapeso importante face aos Estados Unidos, cuja utilidade para o Mercosul se manifesta também no equilíbrio entre o aprofundamento da integração e

a atracção da ALCA. A importância da União Europeia para o Mercosul depende, porém, de esta corresponder ou não às suas necessidades, e com que rapidez, particularmente se os Estados Unidos optarem por desenvolver com o Cone Sul uma relação baseada na flexibilidade e na reciprocidade.

Impacto das relações União Europeia-Mercosul nos laços entre a União Europeia e os Estados Unidos

82. Será que a política europeia em relação às Américas, e ao Mercosul em particular, gera algum potencial de conflito entre os Estados Unidos e a União Europeia? A atitude dos Estados Unidos em relação à presença europeia no Cone Sul é moldada por uma certa ambiguidade. Os Estados Unidos consideram em suma que, como principais promotores do chamado «consenso de Washington», tão influente na estabilização e liberalização da região, deveriam ser os primeiros a colher os seus frutos. Por isso mesmo, uma das principais forças impulsionadores da ALCA é o desejo dos Estados Unidos de contrariar quaisquer veleidades europeias de apropriação dos «seus» mercados latino-americanos.

83. A visão estratégica das relações entre a União Europeia e o Mercosul explicitamente proposta por alguns dirigentes europeus, que salienta o seu potencial contributo para a reorganização do sistema internacional, suscitou nos Estados Unidos alguma contrariedade, bem como a inclusão das Caraíbas na cimeira União Europeia-América Latina. A cimeira, por seu turno, pode causar alguma tensão, não só por ser considerada como uma tentativa europeia de desempenhar um papel de *pivot* na América Latina, mas também pela participação de Cuba.

84. É muito pouco provável, no entanto, que a América Latina possa ser causa de um diferendo sério entre os Estados Unidos e a União Europeia. A União Europeia e a América Latina são áreas prioritárias da política externa americana. A OEA e a Nato são as mais antigas e estáveis instituições multilaterais e de segurança que contam com a participação dos Estados Unidos, e desempenham um papel essencial na política americana de reorganização do sistema internacional. A relação com ambas as regiões é também essencial para o processo de regionalismo aberto liderado pelos Estados Unidos, que vêem na União Europeia um parceiro necessário à concretização dos seus objectivos globais. Mesmo que a União Europeia e o Mercosul venham a adoptar posições contrárias aos interesses dos Estados Unidos na OMC, é pouco provável que se produzam grandes atritos, uma vez que as decisões tomadas nesta organização não são fruto de «alianças automáticas».

85. A UEM provocará muito possivelmente uma aproximação ainda maior entre a União Europeia e os Estados Unidos. Embora possam optar por ignorar-se mutuamente, e centrar-se no reforço dos laços com as suas respectivas «áreas monetárias» – a União Europeia com a Europa central e de leste e o Mediterrâneo, os Estados Unidos com a América Latina, há motivos fortes para que cooperem entre si. A estabilidade da taxa de câmbio dólar-euro, por exemplo, contribui para o desenvolvimento das relações económicas transatlânticas e reforça as possibilidades de criação do «mercado transatlântico», objectivo proposto pelas companhias transnacionais e pelos sectores empresariais privados que participam no «diálogo empresarial transatlântico».

86. Em termos de segurança no continente europeu, a União Europeia continua a depender dos Estados Unidos, parceiro estratégico-militar que não dispensa. Pela mesma ordem de razões – económicas, políticas e estratégico-militares – o Mercosul também não está interessado num conflito com os Estados Unidos. Nem a União Europeia nem o Mercosul querem formar uma aliança em confronto com os Estados Unidos, apesar de a relação União Europeia-Mercosul se basear numa agenda qualitativamente diferente. A solidez do relacionamento entre a União Europeia, o Mercosul e os Estados Unidos ajuda a fortalecer o multilateralismo – e contribui assim, inclusivamente, para que os Estados Unidos se mantenham coerentes com os valores que proclamam.